



**ACÓRDÃO Nº 1190/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11678/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA DANILO CORRÊA
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Patricia Carvalho Castro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6920/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA Danilo Corrêa. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Ciência. Encaminhamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sr. Patrícia Carvalho Castro**, Diretora Geral do SPA Danilo Corrêa, exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos da Resolução TCE nº 04/2002, pelo cometimento de graves infrações às normas legais e regulamentares, quais sejam, pagamento indenizatório por serviços prestados sem cobertura contratual, ausência de prévio empenho, empenho parcial de despesas;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Patrícia Carvalho Castro** no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo cometimento de graves



**ACÓRDÃO Nº 1190/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

infrações às normas legais e regulamentares, quais sejam, pagamento indenizatório por serviços prestados sem cobertura contratual, ausência de prévio empenho, pendências na conciliação bancária, empenho parcial de despesas, não ter comprovado a fiscalização da execução contratual, firmar prorrogação contratual, sem demonstrar a vantagem para a Administração.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Dar ciência a Sra. Patrícia Carvalho Castro** deste Acórdão;

**10.4. Encaminhar** cópia dos autos ao **Ministério Público do Estado do Amazonas**, nos termos do art. 102, da Lei 8.666/93.

**11- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Novembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral